



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, DOMINGO 21 E SEGUNDA-FEIRA 22 DE JULHO DE 2013

Procon ressuscitado

O advento do real e o freio na espiral inflacionária esvaziaram o poder e a pompa de órgãos de atendimento ao consumidor como a Sunab. Àquela época fiscais do governo impunham uma linha dura às empresas que agiam contra a estabilidade financeira. Tempos depois os consumidores passaram então a contar com um novo serviço de proteção e defesa dos direitos do cidadão, a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), órgão da esfera estadual que passou a atuar de forma mais abrangente, acompanhado os rumos modernizantes da economia.

O que há de novo neste cenário é que agora o consumidor está órfão. Com exceção do trabalho do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública em algumas frentes, como questões ligadas aos planos de saúde, o consumidor não conta com o mesmo suporte de antes. O Procon não consegue desempenhar seu papel e há anos tem mostrado dificuldades em cumprir sua função de fiscalizar abusos.

A ineficiência da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor é motivada pelo baixo número de pessoal. Ao longo dos anos o poder de atuação passou a definhar pela falta de fiscais. A credibilidade do Procon caiu e os sergipanos não têm o órgão como uma referência na defesa de seus direitos. Por isso coube ao próprio Ministério Público de Sergipe ingressar na Justiça para garantir que o Procon volte a atuar dignamente.

A Promotoria de Justiça da Defesa do Consumidor, vinculada ao Ministério Público, tenta na Justiça obrigar o Estado a arrumar a casa e tornar o Procon, outra vez, uma ferramenta de auxílio ao consumidor sergipano. A pretensão é garantir que o governo elabore uma lei o mais breve possível e encaminhe para a Assembleia Legislativa criando novos cargos no órgão. Entende o MP que a situação do Procon é vexatória e que sem um quadro de servidores não terá capacidade de atender a demanda.

As novas relações de consumo exigem um Procon fortalecido, o que não vem acontecendo há anos. O surgimento de novos serviços como o de tevê a cabo e de telefonia móvel fez crescer a demanda de reclamações. Um novo mercado de consumo surgiu e os consumidores têm ficado desassistidos. O Procon, com o efetivo reduzido, não consegue nem acompanhar essas mudan-

ças e nem dar andamento nas ações que possam garantir o fim dos abusos.

Os sergipanos esperam que as investidas do Ministério Público obtenham êxito e que o Estado seja mesmo obrigado a tornar o Procon um órgão atuante. O que se espera é que a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor seja capaz de enviar fiscais em visitas de vistoria, e quando necessário, apreender mercadorias, interditar estabelecimentos, suspender atividades, autuar e multar, como deseja o MP, que está sobrecarregado. Que o Procon ressuscite.

▼ **A INEFICIÊNCIA DO PROCON É MOTIVADA PELO BAIXO NÚMERO DE PESSOAL**